

Metodologia de incubação da ITCP/UNIFAL-MG, reflexões e apontamentos a partir da prática

Kaio Lucas da Silva Rosa ¹

Dimitri Augusto da Cunha Toledo ²

Ana Carolina Guerra ³

Resumo: Enquanto alternativa dinâmica e em construção, a economia solidária é promovida por agentes sociais comprometidos com perspectivas transformadoras pela solidariedade. Entre os membros desse movimento, as Incubadoras Tecnológicas de economia solidária empenham as universidades para o processo formativo junto a grupos de trabalhadores que pretendem se organizar de modo cooperativo, autogestionário e socializador. Isto posto, este ensaio parte da importância das incubadoras, suas reflexões teóricas e práticas para descrever a metodologia de atuação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Alfenas (ITCP/UNIFAL-MG), com foco em suas potencialidades. Identificando, ao término, suas possíveis contribuições enquanto método científico-tecnológico solidário para a adoção de metodologias condizentes com a complexidade da implantação da transformação pela economia solidária.

INTRODUÇÃO

A economia solidária é historicamente articulada ao longo de diferentes mobilizações populares. Possui precedentes no amplo movimento auto-organizado que ocupou a cena da luta operária durante o período de industrialização da produção capitalista. E multiplicou-se ao redor do mundo a partir de iniciativas baseadas no princípio de solidariedade e reinvenção: do trabalho, produção e consumo, e da vida social. As experiências de soluções coletivas originaram um amplo movimento de meios-tons e profusas ambições, mas com confluências. Em meio às quais, autores como Arruda (2000) creem na economia solidária como alternativa ao capitalismo. Construída estrategicamente, abarcando os trabalhadores pela luta contra a situação de exclusão e pela inversão de lógicas e valores da sociedade. Pautando assim a transformação dos sujeitos, das instituições e das relações sociais.

No Brasil, sobretudo em decorrência da crise socioeconômica sofrida de 1980 a 1990, nas chamadas “décadas perdidas”, diferentes experiências autogestionárias ganharam força por incentivo de movimentos sociais e organizações engajadas. Como as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), que inseridas nas universidades e outros centros, vêm auxiliando na organização de comunidades em empreendimentos econômicos solidários, formação que converte a solidaria-

¹ Bacharel Interdisciplinar em Ciência e Economia e Acadêmico do curso de Administração Pública, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas, Membro da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Alfenas, kaio.rosa@sou.unifal-mg.edu.br.

² Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais, Docente do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas e do Programa de Pós-graduação em Gestão Pública e Sociedade da Universidade Federal de Alfenas, Coordenador da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Alfenas, dimitri.toledo@unifal-mg.edu.br.

³ Doutora em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais, Docente do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas e do Programa de Pós-graduação em Gestão Pública e Sociedade da Universidade Federal de Alfenas, Coordenadora-adjunta da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Alfenas ana.guerra@unifal-mg.edu.br.

de tradicionalmente experienciada em possibilidade de emancipação pela organização dos sujeitos (SINGER, 2002). A ITCP/UNIFAL-MG é uma dessas experiências, e vem atuando desde 2010 no sul do estado de Minas Gerais. Que enquanto entidade de apoio e fomento à economia solidária, está inserida na busca por criar possibilidades de geração de trabalho, visando contribuir na formação de empreendimentos nas quais os trabalhadores têm o controle coletivo de todo o processo de produção, desde a atividade-fim, a gestão do empreendimento (TOLEDO, 2007) e até possibilidades como o processo de transformação defendido por Arruda (2000).

Crucialmente, por se tratar de um movimento ainda em formação e pelo qual é preciso empenhar-se, a economia solidária carece de tecnologias em favor das suas soluções coletivas, às quais as ITCPs ocupam-se. Diante disso, a ITCP/UNIFAL-MG vem desenvolvendo sua própria tecnologia, que por se tratar de uma tecnologia de viés social, valoriza o poder da ação coletiva para mudanças, e pode ser entendida como importante processo de “[...] inovação a ser levado a cabo, coletiva e participativamente, pelos atores interessados na construção daquele cenário desejável” (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004, p. 34). Tecnologia que tem buscado ser: envolvida estreitamente com os grupos na viabilização da economia solidária; adequada a produtores e consumidores populares; não impositiva, controladora ou hierarquizadora de relações no âmbito do trabalho; voltada ao mercado interno de massa; promotora de inventividade aos envolvidos; e ser viabilizadora do empreendimento enquanto experiência econômica (DAGNINO, BRANDÃO; NOVAES, 2004).

Pelo método Freireano da pesquisa-ação e a educação popular, a ITCP/UNIFAL-MG forma e é formada pela geração de trabalho e renda, que por meio da economia solidária, mira em possibilidades de transformação. O operar associativo e coletivo, pautando a emancipação, combina a metodologia de incubação dos empreendimentos por três principais categorias: a) Contato inicial com os trabalhadores do futuro empreendimento econômico solidário ou empreendimento solidário já existente; b) Pesquisa-ação participativa para o atendimento das demandas dos trabalhadores; e c) Desincubação e autogestão do empreendimento solidário.

O processo integral de incubação pela ITCP/UNIFAL-MG considera a economia solidária rica de valores, e busca avaliá-la metodologicamente pela Escala de Valores da Economia Solidária, proposta e validada por Guerra (2014). Pela economia solidária, busca-se gerar transformação pela Organização do Trabalho e seus valores como: a Autogestão; Cooperação; Identificação; e Tomada de Consciência do Processo Produtivo. Como também, transformações pelas Representações Valorativas da Vida Social e seus valores como Cidadania; Consumo Consciente; Desenvolvimento Humano; Igualdade; Qualidade de Vida; e Solidariedade (GUERRA, 2014).

Este ensaio é realizado a partir da revisão de bibliográfica, situa-se como pesquisa desenvolvida com base em fontes de materiais já elaborados, buscando analisar diferentes perspectivas de uma temática com maior amplitude do que pela investigação direta (GIL, 2002). E fundamenta-se na atuação da ITCP/UNIFAL-MG, buscando descrever suas contribuições e relatar sua técnica de atuação. Para isso, apresentar suas potencialidades metodológicas, que podem ser replicadas para a busca da transformação pela economia solidária.

Ponto de partida: economia solidária e transformação? Concepções e potências em disputa

O movimento de economia solidária reporta às contradições do capitalismo industrial e às mobilizações ocorridas nos seus primórdios, por grupos de expulsos dos domínios senhoriais, que proletarizados, padeciam devido à exploração ilimitada do trabalho fabril. Têm-se, a partir daí importantes movimentos, que conciliavam direitos trabalhistas e novas configurações de trabalho, como as expe-

riências cooperativistas de Robert Owen em *New Harmony* durante as primeiras décadas do século XIX (SINGER, 2002). Quanto à experiência Latino-americana, Gaiger (2009) indica que o desenvolvimento da economia solidária na década de 1980 remete a expressões regionais da solidariedade de longa data, como as formas nativas pré-colombianas e os sistemas coletivos assumidos pelos ex-escravizados.

No Brasil, como já indicado, o transcurso da economia solidária no início do século XX, foi influenciado pelo movimento cooperativista de imigrantes europeus, e tem como cenário a articulação de setores populares por meio de iniciativas autogestionárias, em resposta à acentuação da exclusão social e do desemprego. O foco do movimento voltou-se à sociedade civil organizada: as organizações não governamentais e alas progressistas da Igreja Católica, a exemplo da Cáritas; a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários e outras mais; movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; e universidades e entidades de apoio, como realizado primeiro pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Agentes que cumpriram importante papel para a organização e consolidação do programa de economia solidária (SINGER, 2002). Os maiores avanços institucionais à nível federal foram atingidos a partir de 2003 com a chegada do Governo do Partido dos Trabalhadores à Presidência do Brasil.

Se tratando de um oxímoro, a economia solidária contempla dois polos habitualmente concorrentes: economia e solidariedade. Dinamicamente, o movimento se encontra em constante (re)construção e abarca sentido polissêmico em seu debate conceitual. Para Singer (2002), a economia solidária constitui um modo de produção próprio, potencialmente alternativo ao capitalismo e baseado na socialização do capital e na liberdade individual. Dessa forma, os produtores se unem em uma mesma classe de trabalhadores, detentores do capital e repartidores da renda, segundo relações de igualdade e solidariedade.

Laville e Gaiger (2009), aproximados ao ponto de vista de Dubeux (2007), compreendem que a economia solidária é o conjunto de atividades que compartilham da organização segundo a solidariedade, em detrimento do interesse individual e do ganho material. O que é evidenciado nos empreendimentos através da socialização dos recursos produtivos e da gestão igualitária.

Ampliando as abordagens apresentadas, também é possível delimitar o conceito de economia solidária pormenorizadamente tratando-se de um

Modo de produção, circulação e distribuição dos bens e serviços, baseado no princípio da unidade entre o trabalho cooperativo e a propriedade coletiva dos meios de produção, voltados para à subsistência e reprodução social humana, de forma alternativa ao modo capitalista. A lógica da Economia Solidária é a oposição à ditadura do capital e ao poder ilimitado que o direito de propriedade proporciona, excluindo e controlando vidas, além dessas desigualdades abalarem a própria estrutura democrática em que se baseiam as sociedades modernas, criando-se um mundo polarizado e insustentável (PITAGUARI; CÂMARA, 2010, p. 37).

Nessa mesma perspectiva, França Filho e Laville (2004), com um enfoque para além de preceitos unicamente econômicos, ressaltam que pertencem à economia solidária experiências que possuem como qualidades: a) pluralidade de princípios econômicos (uso de fontes de recursos distintas, como o mercado, poderes públicos e práticas recíprocitárias); b) autonomia institucional (independência e autonomia na gestão); c) democratização dos processos decisórios; d) sociabilidade comunitária-pública (valorização de relações comunitárias e afirmação do princípio de alteridade); e) finalidade

multidimensional (além da dimensão econômica, a organização internaliza uma dimensão social, cultural, ecológica e política, no sentido de projetar-se um espaço público).

Em sua conceituação, Razzeto (1999) salienta o modo com que a economia solidária é constituída por iniciativas orientadas por traços característicos de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária. As quais são contrastantes ao sistema imperante, buscando alcançar, mesmo que em pequeníssima escala, mudanças sociais para a construção de conformações na perspectiva de uma sociedade melhor e mais justa. Em sintonia, Lisboa (1999) atribui à economia solidária a incorporação de trabalhadores excluídos do mercado de trabalho, constituindo assim uma alternativa associativa, pela geração de trabalho e renda e de organizações não motivadas pelo acúmulo de riquezas.

Consoante à avaliação valorativa da economia solidária à qual este estudo fará referência mais adiante, e está em seu cerne, é fundamental o marco da formulação de Arruda (2006). Que utiliza a socioeconomia como conceito para defender uma outra economia, como a economia solidária, voltada ao social e ao homem. Exigindo de início uma revolução cultural, expressiva em termos de escala e profundidade. Cujas transformações não podem ocupar-se apenas ao trabalho, sua estrutura de produção, organização e tecnologia. Igualmente, as transformações não podem restringirem-se à conformação institucional, especialmente das empresas e do Estado. Essas transformações são imprescindíveis.

Mas a condição que garantirá a coerência, a sustentabilidade e, enfim, o êxito delas é a transformação no interior de nós próprios, nos **valores** que nos dão sentido, nas atitudes que permeiam nossos comportamentos e modos de relação, na postura frente aos desejos e aspirações, na consciência sobre o nosso próprio ser – inclusive sobre o inconsciente – e suas potencialidades, no grau de controle sobre nossa direção infra-humana, instintos e impulsos peculiarmente animais. Não se criam novas estruturas, novas instituições e novas relações sociais com velhos seres humanos (ARRUDA, 2006, grifo nosso).

A essa altura é preciso converter o debate em outros termos. Apesar de possuírem matizes variados, é possível identificar elementos comuns à compreensão da economia solidária, a exemplo da noção de economia solidária constituída pelo:

Conjunto das iniciativas econômicas associativas nas quais (a) o trabalho, (b) a propriedade de seus meios de operação (de produção, de consumo, de crédito etc.), (c) os resultados econômicos do empreendimento, (d) os conhecimentos acerca de seu funcionamento e (e) o poder de decisão sobre as questões a ele referentes são compartilhados por todos aqueles que dele participam diretamente, buscando-se relações de igualdade e de solidariedade entre seus partícipes (CRUZ, 2006, p. 69)

A partir do que constitui o fenômeno da economia solidária é possível avançar: suas iniciativas, compreendidas no seio popular, exigem a intervenção sobre a realidade para o estabelecimento inventivo de um *ethos* próprio, para a configuração do trabalho e das relações decorrentes na contramão dos moldes convencionais de poder. Em outras palavras, “[o] primeiro desafio é construir novas relações, começando pela organização do trabalho a partir das perspectivas das classes operárias, organizando-se em autogestão dos processos produtivos” (ZITKOSKI, 2010, p. 6).

Esse processo, assim como nos primórdios do movimento, não é e não poderia ser desagregado, mas exige a interlocução de diferentes agentes em favor da outra economia. Conforme compreendido na próxima seção, as ações universitárias em diálogo com a sociedade cumprem importante papel

para a construção da economia solidária. Vínculo estabelecido especialmente por meio da atuação das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.

Centralidade da comunicação entre a universidade e a sociedade

O movimento extensionista é articulado pioneiramente no continente europeu durante a segunda metade do século XIX, atenuando as mazelas do capitalismo industrial. Em seguida, as iniciativas estadunidenses de extensão remetem à atividade econômica. Ambas vertentes mantidas circunscritas à ordem liberal e ao Estado de Bem-estar Social. Já a experiência latino-americana, se orientou às lutas e movimentos sociais ocorridas durante o século XX no continente, impulsionando a extensão a se valer de reivindicações populares evocadas (DE PAULA, 2013). No Brasil, a extensão universitária tem como um de seus marcos o enfoque de atuação segundo a Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro, e pioneira na extensão para empreendimentos de economia solidária (CUNHA, 2002). A abordagem da extensão nas universidades brasileiras pode ser traçada em três fases analíticas.

A anterior a 1964, cuja centralidade foi dada pela campanha pela Escola Pública e pela aproximação com o movimento das Reformas de Base, a partir de obra e de prática de Paulo Freire; II) a etapa que vai de 1964 a 1985, polarizada pela emergência e demandas dos movimentos sociais urbanos; III) a terceira etapa corresponde ao período pós-ditadura e se caracteriza pela emergência de três grandes novos elencos de demandas: 1) as decorrentes do avanço dos movimentos sociais urbanos e rurais; 2) as que expressam a emergência de novos sujeitos e direitos, que ampliaram o conceito de cidadania; 3) as demandas do setor produtivo nos campos da tecnologia e da prestação de serviços (DE PAULA, 2013, p. 19-20).

Compreendida segundo diversificados vieses epistemológicos, a amplitude conceitual e de práticas atinentes à extensão universitária possui múltiplos sentidos e práticas, variando de acordo com a perspectiva utilizada. Da realização do XXVII e XXVIII Encontros Nacionais do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, em 2009 e 2010, (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2012) foi produzida a delimitação do conceito de extensão universitária, estabelecendo que

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2012, p.28).

O presente estudo se orienta segundo as abordagens que atribuem à universidade, à luz da responsabilidade social, assumir papel crítico, responsável e ético para lidar com problemas sociais. Trata-se da extensão enquanto campo de atuação comprometido com setores marginalizados ou explorados, onde a extensão deve ser encarada como vínculo próprio, do “estabelecimento de uma ligação com a classe trabalhadora, que permita um intercâmbio de conhecimentos, no qual a universidade aprenda a partir do saber popular e assessore as populações no sentido de sua emancipação crítica” (GURGEL, 1986, p. 176). Para Boff (2014), o norte em favor da emancipação requer o reconhecimento de que a realidade social é complexa, exige: uma atuação capaz de superar o nível das aparências, e captar as “raízes” de determinada situação. Processo esse que é conjunto, e sobretudo, é dialético: “o passo ‘transitivo’ da ‘consciência ingênua’ à ‘consciência crítica’ não se dá espontaneamente. Onde o papel indispensável do agente. Pois sem teoria crítica não há práxis transformadora” (BOFF, 2014, p. 19).

A contribuição acerca do conceito de extensão que, por sua robustez teórico-prática, é crucial a este estudo, remete a Freire (2013), criticando a chamada “extensão” propondo o conceito de “comunicação”, o qual será adotado ao longo deste texto enquanto opção política da atuação universitária. Sob a “extensão da cultura”, a ação extensionista pretende alcançar a outrem, parcela social considerada inferior. E incidir sobre, modificá-lo, assemelhá-lo, normalizá-lo, persuadi-lo e esvaziá-lo. Extensão aqui remete à transmissão, messianismo e à invasão cultural.

Pela perspectiva do erro epistêmico do conceito, a extensão consegue ao máximo mostrar, sendo incapaz de revelar ou desvelar aos indivíduos os conteúdos até eles estendidos. A relação que se estabelece é como estar diante, ou estar sobre, ou ainda, estar para. O que é um erro, é incompleto e vai à contramão da libertação. É preciso, pois, estar com, como sujeitos da mudança também. O educador que se recusa a reproduzir a “domesticação” dos homens tem sua tarefa como renúncia à “extensão da cultura”, sua atuação, para que seja coerente corresponde à “comunicação sobre cultura.” (FREIRE, 2013).

Segundo Freire (2013), a quem pretende a ação extensionista voltada à “comunicação”, há a necessidade de atentar contra a concepção ingenuamente tecnicista, segundo a qual, a capacitação não pode ser um processo ingênuo de transferência de técnicas. É necessário outro processo técnico, capaz de colocar o educando ativamente em meio ao problema que ele deve responder. É preciso práxis, ação constante sobre a realidade e reflexão sobre a ação, diferente do que é gerado por um trabalho unicamente intelectualista, que mantém determinados sujeitos em papéis passivos. O saber não é transferido, mas é significado por interlocutores a busca da significação dos significados (FREIRE, 2013).

A “educação como prática da liberdade” não é a transferência ou a transmissão do saber nem da cultura; não é a extensão de conhecimentos técnicos; não é o ato de depositar informes ou fatos nos educandos; não é a “perpetuação dos valores de uma cultura dada”; não é o “esforço de adaptação do educando a seu meio”. Para nós, a “educação como prática da liberdade” é, sobretudo e antes de tudo, uma situação verdadeiramente gnosiológica. Aquela em que o ato cognoscente não termina no objeto cognoscível, visto que se comunica a outros sujeitos, igualmente cognoscentes (FREIRE, 2013, p. 38).

A ação extensionista, ou em termos melhores, de comunicação, voltada a setores populares que desejam se organizar em empreendimentos econômicos solidários, é realizada sobretudo pela comunicação entre os trabalhadores e as ITCPs, a partir dos valores da economia solidária, tal qual apresentado nas seções seguintes.

Tecnologia transformadora pela incubação de empreendimentos econômicos solidários

Em meio à degradação da realidade do trabalho e de relações sociais subordinadas ao capital é que as ITCPs são concebidas. Assim, elas desdobram dos problemas sociais por meio das universidades. Unindo-as ao cotidiano do trabalhador e às necessidades das classes populares pautando a geração de trabalho e renda e a prática da autogestão por meio de tecnologias próprias e por uma perspectiva para além do capital (FRAGA, 2018). As incubadoras podem ser caracterizadas como

Agentes de um processo educativo para a cooperação e a autogestão, constituindo-se como projetos, programas ou órgãos das Universidades com a finalidade de dar suporte à formação e ao desenvolvimento de Cooperativas Populares e da Economia Solidária (ART. 2º, ESTATUTOS DA REDE DE ITCPS, 1999)⁴.

E são, em síntese, entidades estruturadas por uma equipe técnica que oferecem por um determinado período apoio aos empreendimentos econômicos solidários objetivando contribuir para sua

⁴ Disponível em: <http://www.itcp.coppe.ufrj.br/>

consolidação através do processo educativo com pessoas e seus grupos que tentam se organizar sem relações hierárquicas e de forma autoadministrada (OLIVEIRA, 2003).

As incubadoras de economia solidária são expressivamente distintas das incubadoras empresariais. Essa distinção é crucial e marca o processo de transformação pretendido pela economia solidária. Algumas diferenças elencáveis dizem respeito ao fato de que as incubadoras de economia solidária: estabelecem contato com grupos populares e geralmente com baixa renda, organizados em muitos dos casos em pequenas cooperativas. Via de regra, a incubação não envolve a contrapartida de cobrança de taxas sobre os empreendimentos solidários. As incubadoras não abrigam os empreendimentos incubados, exceto em alguns casos de incubadoras públicas. E o foco do processo de incubação é voltado a empreendimentos da economia solidária, buscando estabelecer essa outra economia e seus princípios constitutivos como os processos de autogestão nos empreendimentos (FRANÇA FILHO, CUNHA, 2009). As ITCPs em questão são peça-chave na constituição da economia solidária.

Primeiramente, elas capacitam os empreendimentos, tirando muitos deles da informalidade e da precariedade e propiciando uma renda digna a seus participantes. Um segundo papel é o de articular novas políticas públicas no campo da geração de trabalho e renda. Já um terceiro relaciona-se ao processo de organização das próprias ITCPs, que vêm se congregando em torno de redes nacionais, dando consistência à proposta e suporte à própria dinâmica de organização política das práticas de economia solidária (FRANÇA FILHO, CUNHA, 2009, p. 224).

As consequências da incubação contemplam todos os agentes envolvidos, tanto aqueles que possuem vínculos institucionais com a universidade quanto os que são vinculados pela atuação universitária. Esse processo, além do foco para a geração de trabalho associado em grupos populares, contribui para a formação dos agentes de disseminação da extensão e da economia solidária.

Leva professores a reverem ou reavaliarem as suas prioridades de ensino e pesquisa e envolve estudantes com questões desafiadoras para a pesquisa e também com uma extraordinária experiência de autogestão que, antes de tudo, transforma os próprios estudantes (CAMPOS; MASCARENHAS, 2007, p. 198).

Guerra (2008) afirma que, multidisciplinarmente, as incubadoras desenvolvem e aplicam tecnologias inovadoras, empenhando, por meio do trabalho solidariamente orientado, o aporte universitário em favor de uma sociedade mais igualitária e democrática. Além disso, pode-se considerar que a incubação amplia a atuação das universidades: externamente, a universidade estabelece novas parcerias à medida que as demandas dos grupos incubados crescem e, internamente, a incubação exige da universidade a criação de novas estruturas, novos cursos e novas formas de fazer pesquisa e extensão. A metodologia de incubação possibilita a construção do conhecimento a partir da mediação dialógica entre trabalhadores e a equipe da ITCP. Assim, torna-se importante uma abordagem multidimensional, que enfoca, por um lado, a dinâmica dos indivíduos da organização coletiva e, de outro, aspectos relacionados à dimensão tecnológica, econômica, social e político-ideológica.

Em meio às ITCPs presentes em universidades e demais centros acadêmicos, a Incubadora da Universidade Federal de Alfenas tem foco à disseminação e fortalecimento da economia solidária no sul de Minas Gerais. Atuação essa que em seguida será pormenorizada segundo seus projetos, ações e metodologias próprias.

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Alfenas: práticas a favor da transformação

Enquanto Programa de Extensão associado ao ensino e à pesquisa, a ITCP/UNIFAL-MG foi fundada no ano de 2010 com sede no *Campus* Varginha da universidade. Composta por uma equipe multidisciplinar de professores e alunos, e a partir da economia solidária como diretriz e finalidade de atuação, a incubadora atua de forma a empenhar-se pela formação crítica e engajada da comunidade universitária e da comunidade em diálogo com a universidade. Incubando grupos de trabalhadores a partir de uma metodologia com base na educação popular Freiriana, e disseminando práticas e conhecimentos a respeito da economia solidária e seus princípios como a, autogestão, cooperativismo e igualdade. Tudo isso com perspectivas de mudança da realidade.

Anterior à atuação em campo, faz-se necessária a reflexão e preparação conjunta de toda a ITCP/UNIFAL-MG. Como no que se refere à metodologia de incubação e a temas pertinentes à comunicação com grupos populares, como por exemplo, economia solidária, autogestão, relações de trabalho, relações de gênero, cooperativismo, associativismo, agricultura familiar, a agroecologia, educação popular e a gestão de empreendimentos. Com foco a esse fim formativo são realizados o Grupo de estudos Economia Solidária em Debate e o Ciclo de Formação.

As investigações metódicas realizadas pela incubadora desenvolvem conhecimentos em interlocução com o ensino e a extensão, onde a pesquisa realizada assume caráter político e necessariamente crítico. O que procura auxiliar o fortalecimento da incubadora como um programa de assessoramento em diálogo com os empreendimentos de forma a possibilitar, dinamicamente, reflexões e práticas pela busca de novas alternativas de trabalho e vida pela disseminação da economia solidária e seus valores.

Embora a incubação seja seu objetivo principal, outras ações são de fundamentais para o fortalecimento do movimento de economia solidária pelo qual se emprenha a incubadora. Entre elas, se encontra o Projeto de Extensão Clube de Trocas da ITCP/UNIFAL-MG, que teve início em 2011, e reúne pessoas para a realização de trocas solidárias de produtos, serviços e saberes sem o uso de dinheiro, de uma forma solidária e a partir de seus valores de uso. Promovendo a cooperação, respeitando normas éticas e ecológicas de produção e consumo, gerando socialização entre os participantes e a difusão cultural.

No que tange à execução, o Clube de Trocas acontece em quatro momentos: primeiro, há a rodada de apresentação dos participantes e dos objetos, serviços ou saberes levados para as trocas. Em um segundo momento, ocorre a formação sobre os princípios fundamentais, tanto a respeito da economia solidária, como também, a respeito da origem dos Clubes de Trocas, importância e implicações nas relações sociais e de consumo. Em seguida, as trocas são iniciadas entre os participantes de modo autogestionário, cooperado e solidário, permitindo a socialização e o crescimento coletivo, possibilitando a realização das relações de consumo conforme outra epistemologia, segundo valores não praticados na sociedade capitalista.

Há ainda, diferentes performances e atividades artísticas e culturais que são realizadas, sendo algumas exemplificações: as apresentações de grupos de dança de rua, oficinas de forró, declamações literárias, diversificadas apresentações musicais, murais livres para o exercício artístico pessoal, varais literários, palcos abertos e demais possibilidades que compõem um ambiente construtivo, agradável e descontraído. As edições do Clube de Trocas encerram-se, habitualmente, por meio de uma reflexão em relação ao que foi realizado. Assim, através de tal projeto de extensão, procura-se motivar que participantes compartilhem os conhecimentos, experiências e demais aprendizados adquiridos a respeito da experiência vivenciada. Como também, é incentivado que esses aprendizados não se limitem ao espaço do Clube, mas sejam capazes de extrapola-lo.

O Encontro de Economia Solidária, Trabalho e Lutas Sociais, evento realizado nos anos de 2017 e 2018, busca contribuir com a promoção da atuação universitária junto aos grupos populares congregando ampla programação. Ministrantes de áreas multidisciplinares promoveram discussões através de debates, mesas redondas, conferências e painéis. Temáticas como mobilizações políticas e sociais contemporâneas, fábricas ocupadas, gênero, agricultura familiar e economia solidária, revolução russa, movimento nacional de economia solidária e políticas públicas de economia solidária já foram abrangidas durante o evento. Além disso, ocorrem sessões de filmes com debates, atividades culturais, feiras de economia solidária, clubes de trocas e encontros regionais de incubadoras.

Finalmente, ao longo de 10 anos de atuação, 10 grupos foram incubados através de projetos executados pela ITCP/UNIFAL-MG, entre coletivos informais, associações e cooperativas em diferentes cidades mineiras. O grupo Meninas Sabor de Minas foi incubado de 2011 a 2014, e tinha como atividade produtiva a fabricação de marmitas, doces e salgados de festa. Faziam parte desse grupo aproximadamente 60 trabalhadoras beneficiárias do Programa Bolsa Família, entre 25 e 50 anos, residentes na periferia do município de Varginha-MG. A incubação se deu pelo Projeto de Extensão PROBEXT/MEC 2011, intitulado “Qualificar para Desenvolver: as mulheres de Varginha em Cena Aberta”, cujo foco de atuação foi a construção de uma alternativa em relação ao Programa Bolsa Família. Objetivava-se a criação de oportunidades para mulheres beneficiárias, por meio de programas de capacitação, de formação e de geração de trabalho e renda, numa perspectiva da economia solidária, permitindo a inclusão e a autonomia produtiva e social desta parcela vulnerável da sociedade.

Outro grupo incubado foi a Associação Terra do Marolo do município de Paraguaçu-MG, durante o período de 2011 a 2016. O projeto versava fortalecer o beneficiamento do Marolo, da preservação ambiental e das tradições culturais do município, bem como, a ampliação das possibilidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural que envolvessem o fruto do marolo em Paraguaçu-MG. Esse grupo era formado por cerca de 22 pessoas de diferentes profissões, incluindo artesãos, trabalhadores rurais, cozinheiros (quitandeiros, doceiros, etc.), comerciantes, entre outras. A ITCP/UNIFAL-MG auxiliou o grupo a se constituir formalmente como uma associação e a diagnosticar a situação da comercialização e produção do Marolo, suas potencialidades e limitações. A formação do grupo foi realizada a partir de conhecimentos acerca da autogestão de empreendimentos econômicos solidários (aspectos técnicos, financeiros, contábeis, burocráticos e funcionais), e assessoria à organização social dos produtores e beneficiadores de marolo, com vistas à garantia da emancipação dos trabalhadores pela associação.

A Associação dos Produtores de Plantas Medicinais, Aromáticas e Condimentares de Varginha-MG, de nome fantasia Sabor & Saúde, foi incubada de 2013 a 2019. A associação era formada por aproximadamente 50 agricultores e agricultoras familiares, vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Sendo os mesmos produtores de plantas medicinais, aromáticas, condimentares, produtos agroecológicos e orgânicos de um modo geral, estabelecidos em Varginha-MG e Três Corações-MG. A finalidade principal da incubação foi incentivar, agregar e fomentar as atividades dos associados no cultivo, coleta, processamento, armazenamento, manipulação e dispensação dos produtos, no sistema agroecológico e orgânico – contando com a assistência e acompanhamento de instituições e profissionais. Foram ofertados cursos de formação, tais como oficinas acerca da temática de trabalho e emprego; participação e autogestão; legislação associativa e cooperativa, com vistas a geração de trabalho e renda pela perspectiva da economia solidária.

A Associação Terra do Biscoito no município de Areado-MG foi incubada pela ITCP/ UNIFAL-MG de 2014 a 2016. Com cerca de 40 pessoas nesse período, dentre artesãs e artesãos, comerciantes, apo-

sentados e aposentadas, e agricultores e agricultoras. O objetivo da associação era a inclusão social e produtiva de seus associados, além do resgate da identidade biscoiteira do município, impactando numa perspectiva de desenvolvimento local. Através de projetos de capacitação e de geração de trabalho e renda pela perspectiva da economia solidária, procedeu-se a elaboração do Regimento Interno e Estatuto; a realização de seminários e cursos a respeito de consumo consciente, manuseio e conservação de alimentos; cursos sobre a autogestão de empreendimentos solidários (aspectos técnicos, financeiros, contábeis, burocráticos e funcionais); assessoria na organização social dos produtores, no intuito de buscarem a emancipação do empreendimento, além da inclusão econômica e social, possibilitando o resgate da identidade biscoiteira do município.

O grupo Mulheres Organizadas Buscando Independência (MOBI) foi incubado de 2017 a 2019, onde durante o período, 14 mulheres compunham o grupo, dentre artesãs e produtoras de café, vinculadas à Cooperativa de Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região (COOPFAM), no município de Poço Fundo-MG. Mesmo em um espaço marcado pela cooperação e democracia na tomada de decisões, uma vez que a COOPFAM é uma cooperativa bem consolidada no cenário nacional, as mulheres perceberam que ainda se encontravam em um espaço permeado por relações desiguais de gênero. A fim de se fortalecerem, formaram o grupo MOBI, que deu origem ao café orgânico feminino, produzido somente por mulheres. É nesse contexto que se deu o processo de incubação, a partir de uma demanda das próprias mulheres, para o auxílio no fortalecimento e desenvolvimento das questões ligadas a gênero e empoderamento feminino e rural no interior do grupo. Dentre as atividades desenvolvidas, destacam-se as oficinas acerca de Crédito Rural: PRONAF Mulher; Impactos da Reforma da Previdência para mulheres, em especial para as trabalhadoras do campo; Formação sobre os níveis de participação; Associativismo; e às contribuições para a realização do Festival gastronômico do grupo MOBI.

Em relação ao acompanhamento de mulheres produtoras de café, dois grupos se encontram ainda em processo de incubação. Um deles trata-se da Associação de Mulheres Empreendedoras do Café da Mantiqueira (AMECAFÉ), incubado desde 2017, formado por aproximadamente 100 mulheres ligadas à produção de café (cafeicultoras e assalariadas não-proprietárias da produção) residentes em diversas cidades da região da Serra da Mantiqueira (Cambuquira, São Gonçalo do Sapucaí, Lambari, Jesuânia, São Bartolomeu, Campanha, dentre outras). A incubação ainda se encontra em desenvolvimento visando a formação em conteúdos relacionadas à gênero, em especial ao processo de organização das mulheres enquanto trabalhadoras à luz da economia solidária.

Outro grupo, o de mulheres cooperadas e não cooperadas à Cooperativa dos Pequenos Cafeicultores de Poço Fundo e Região (COOCAMINAS), no município de Poço Fundo - MG começou a ser incubado no ano de 2018, sendo constituído por cerca de 120 mulheres produtoras de café. A demanda apresentada à ITCP/UNIFAL-MG por representantes do grupo consistia em auxílio para fortalecimento das mulheres enquanto grupo e coletivo, no intuito de aumentar a participação, o sentimento de pertencimento e a solidariedade mútua, proporcionando benefícios para as mesmas e até mesmo para a própria cooperativa, além do trabalho relacionado à discussão de gênero.

Através da extensão, em ambos os grupos, a ITCP/UNIFAL-MG busca fortalecer coletivo de mulheres de maneira que elas se reconheçam enquanto grupo e passem a atuar de forma mais solidária e conjunta para o benefício coletivo em diversos âmbitos. Para tal, são ministrados cursos e dinâmicas envolvendo questões de gênero, que pautam o trabalho associado como forma de emancipação e desenvolvimento grupal, buscando disseminar preceitos da economia solidária como prática solidária, de autogestão, cooperação e igualdade. Além de questões como a prevenção contra violência, participação em espaços de decisão, autoestima e a importância da cooperação entre as mulheres.

A partir da atuação da ITCP/UNIFAL-MG no município de Poço Fundo-MG, foi estruturada a incubação do grupo de catadores e catadoras de materiais recicláveis do município por meio de uma parceria com a COOPFAM e a Prefeitura Municipal. Essa incubação começou em 2019 e junto a um grupo de aproximadamente 10 trabalhadores que desejam constituir e formalizar uma Associação. A incubação encontra-se no processo precedente e busca, por meio da economia solidária, seus valores e sua configuração de trabalho, consolidar o empreendimento e acompanhá-lo até que possua viabilidade para sua organização autossuficiente.

O Grupo de Consumo Agroecológico (GSA), foi o último a estabelecer o processo formal de incubação durante o ano de 2019 e ainda se encontra em um processo bastante da caracterização, primário início de mobilização. A proposta é auxiliar no desenvolvimento de uma Rede de Consumo Consciente, por meio da entrega de cestas de produtos orgânicos da Cooperativa Agrícola da Rede de Agroecologia e Economia Solidária (COOPERAES), em Varginha-MG. Atualmente, outros dois grupos encontram-se em processo de articulação de suas demandas e a atuação da incubadora, um grupo de jovens cooperados da COOPFAM na cidade de Poço Fundo-MG e outro de Artesãos encarcerados no Sistema Prisional do Município de Alfenas-MG.

Os grupos incubados pela ITCP/UNIFAL-MG apresentam como característica comum a ligação ao trabalho com caráter popular e marginalizado. Nesse sentido, são esses grupos de trabalhadores populares as células que se ligam à universidade por meio da extensão como fórmula do estabelecimento de um vínculo transformador. A metodologia de Incubação da ITCP/UNIFAL-MG, segundo o que compreende a seção seguinte, pauta o aprendizado conjunto da autogestão, de forma dialógica para a elaboração de soluções para os problemas aos quais os trabalhadores são submetidos.

Ação dialógica e a busca pela transformação: o processo metodológico para incubação

A metodologia de incubação utilizada pela ITCP/UNIFAL pauta-se na articulação entre a pesquisa-ação e a educação popular com vistas à interação dialógica e aprendizado conjunto para a autogestão dos empreendimentos econômicos solidários. Diante das demandas apresentadas pelos trabalhadores desses empreendimentos, considera-se a pesquisa-ação como uma forma adequada de abordar o trabalho na relação universidade-sociedade, pois possibilita a construção de uma relação dialógica entre as partes. Ao criticar o método vertical de aprendizagem como “educação bancária”, Freire (1987) caracteriza a relação dialógica como a recusa da unilateralidade do processo do conhecimento e do ensino. Assim, a ITCP/UNIFAL-MG busca, sincronicamente, modificar a realidade dos trabalhadores e ser por eles modificada dialogando solidariamente. Contribuindo assim para um maior envolvimento entre a sociedade e a universidade.

Abordagem metodológica de estruturação das incubadoras e de incubação dos empreendimentos coletivos está fundamentada no processo de educação dialógica, no sentido da transformação social. Por um lado, procura-se problematizar a realidade dos estudantes, professores e funcionários no âmbito acadêmico e da sociedade englobante. Por outro lado, procura-se problematizar a realidade dos trabalhadores desempregados, que trabalham de forma precarizada ou que estão excluídos do mundo do emprego formal. São dois mundos, duas realidades distintas, mas que se propõem a se encontrar por meio das ações educativas no âmbito das Incubadoras. Ambas as partes passam a ser, simultaneamente, educadores/educandos, transformam e são transformados (PEREIRA, 2007, p. 167).

Nessa perspectiva, ao proporcionar o aprendizado e o ensino ao mesmo tempo, a ITCP/UNIFAL-MG segue uma metodologia de incubação que busca respeitar o saber local na construção de novos conhecimentos. A incubação remete à pesquisa-ação, com base na qual, segundo Dionne (2007), pesquisadores e atores estabelecem uma relação efetivamente mais estreita ao tomar posições e

esboçar ideias e também no momento em que se assumem como participantes práticos. Ainda para Dione (2007, p. 68):

A pesquisa-ação é definida como prática que associa pesquisadores e atores em uma mesma estratégia de ação para modificar uma dada situação e uma estratégia de pesquisa para adquirir um conhecimento sistemático sobre a situação identificada.

A escolha da pesquisa-ação como método se justifica, portanto, em razão de seu caráter de “intervenção coletiva” (DIONE, 2007). Partindo da perspectiva da pesquisa-ação participativa, a proposta de incubação utilizada pela ITCP/UNIFAL-MG busca a descoberta, reflexão e proposição conjunta de soluções para os problemas enfrentados pelos trabalhadores, colocando a importância da reciprocidade nas relações entre os envolvidos e do papel ativo da atuação dos trabalhadores sobre a realidade. Em interlocução, a abordagem metodológica da incubadora não se estende a, ou se coloca sobre, ela dialoga com foco à (re)construção de empreendimentos populares.

As etapas componentes da estrutura do processo metodológico para incubação praticada pela ITCP/UNIFAL-MG podem ser assim descritas em três fases ou categorias de ação: a) Contato inicial com os trabalhadores do futuro empreendimento econômico solidário ou empreendimento solidário já existente (caracterização): no processo inicial, a equipe da incubadora buscará dialogar com os trabalhadores, conhecendo suas demandas, expectativas, expondo e adaptando conjuntamente a proposta de ação/reflexão da incubação. O contato inicial é de extrema importância para buscar sensibilizar os trabalhadores a respeito da ação extensionista proposta, buscando esclarecer que se trata antes de um trabalho conjunto, demandando o envolvimento dos trabalhadores em papel ativo, registrando que a incubação não se trata de uma consultoria em que o fluxo de saberes, ações e informações se dá de maneira unilateral. O processo de incubação se pauta na educação problematizadora, comprometida com a libertação e, assim, permeada por um esforço constante por meio do qual todos os envolvidos vão percebendo, de maneira crítica “como estão sendo no mundo com que e em que se acham” (FREIRE, 1987, p. 82).

b) Pesquisa-ação participativa para o atendimento das demandas dos trabalhadores (organização): com base na educação problematizadora e comprometida com a libertação, todo o processo de incubação deve se voltar para a emancipação dos trabalhadores, a fim de que os mesmos, posteriormente, possam autogerir seu empreendimento. Freire (1987) ressalta que os homens se fazem a partir da ação-reflexão, de modo que, com base na pesquisa-ação participativa, deve ser a demanda dos trabalhadores em termos de melhoria das condições de vida de seus membros respeitada e atendida em conjunto com a equipe da ITCP/UNIFAL-MG por meio de oficinas e da troca constante de experiências e saberes grupo popular-universidade que, mediatizados pelo mundo buscarão estabelecer a relação dialógica de educação com vistas à construção do empreendimento solidário.

c) Desincubação e autogestão do empreendimento solidário (ação gestora): A partir do momento em que os próprios trabalhadores estão munidos da consciência para a autogestão e emancipação, a ITCP/UNIFAL-MG, alinhada à pesquisa-ação participativa, busca iniciar o processo gradativo de desincubação. A incubadora se esforça no sentido de manter contato com os trabalhadores e seus empreendimentos a fim de que eles se tornem multiplicadores da economia solidária, agindo com base na educação emancipadora com relação a outros grupos que ainda estejam em processo de incubação em favor da articulação de redes de empreendimentos pertencentes ao movimento de economia solidária.

A metodologia de incubação adotada pela ITCP/UNIFAL-MG, pela orientação extensionista adotada, parte da universidade como participante da mudança social. A comunicação entre a incubadora e

os grupos permite a formação simultânea através da incubação que é imersa nos pressupostos teóricos e nos valores da economia solidária e da autogestão, os quais perpassam todas as ações internas da incubadora, dos seus projetos executados à gestão interna. Ainda que apresentada sequencialmente, a metodologia, de incubação não é composta por etapas estanques e nem se desenvolve cartesianamente, subsequentemente e estaticamente. Como em um processo de comunicação igualmente participado e interativo, as fases ou categorias de ação se inter-relacionam, se interagem, interferem umas nas outras em um processo de mobilização formativa dinâmico.

Assim, o processo metodológico para incubação não se encerra em si, a comunicação pela extensão realizada pela universidade requer um procedimento técnico capaz de precisar as suas decorrências e avaliá-las. Para cumprir com essa necessidade de coerência, a ITCP/UNIFAL-MG utiliza-se do Inventário de Valores da Economia Solidária, proposto por Guerra (2014), capaz de identificar os valores atribuídos à economia solidária por trabalhadores de empreendimentos incubados, a qual será apresentada a seguir.

Os valores da economia solidária na incubação como metodologia

Os valores são conceitos motivacionais, que podem ser compreendidos como as crenças e metas conscientes, norteadores com capacidade seletiva e avaliativa das relações, ações, objetivos, pessoas e situações (SCHWARTZ, 1992). Para Silva, Zanelli e Tolfo (2013), os valores e crenças possuem papel primordial na condução de atitudes e comportamentos dos sujeitos e em determinados contextos psicossociais de trabalho. Os valores compartilhados de uma organização orientam os comportamentos individuais e coletivos, originam estratégias, o modo de perceber, pensar, sentir e, sobretudo, agir. Segundo Mendes e Tamayo (1999), os valores pertencem a uma dialética que, pela socialização e aprendizagem constantes, podem modelar o comportamento humano em razão dos interesses das organizações.

É possível o exercício de conceituação dos valores metaforicamente: em uma analogia à cebola, uma organização, como um empreendimento econômico solidário, possui em suas camadas mais externas os elementos simbólicos que estão expressos, como o modelo e as práticas de gestão; em uma camada mais interna: os artefatos visíveis/audíveis; na cama mais profunda: os mitos, crenças e a visão de mundo; e, na parte mais interna, no núcleo principal do empreendimento, estão os seus valores centrais (SILVA; ZANELLI; TOLFO, 2013).

O sentido do trabalho constrói não só o arranjo do próprio trabalho como também a identidade dos sujeitos. Para essa investigação, alguns instrumentos consolidados (SCHWARTZ, 1994; ROS; SCHWARTZ; SURKISS, 1999; PORTO; TAMAYO, 2003) contribuem com primor, mas a investigação pretendida pela ITCP/UNIFAL-MG em relação ao seu processo de incubação exige o emprego de um instrumento conformado à realidade de trabalho pertinente à economia solidária. Nessa lógica, é utilizada a Escala de Valores Relativos à Economia Solidária – EVES, proposta por Guerra (2014), que visa:

Avaliar os princípios e pressupostos da organização do trabalho e de representações valorativas da vida social, que permeiam a organização dos empreendimentos econômicos solidários e as relações estabelecidas entre os seus membros e destes com o restante da sociedade (GUERRA, 2014, p. 78).

A EVES supõe por antecedência que a economia solidária abarca, segundo sua valoração, duas principais categorias: as determinações de organização do trabalho dos empreendimentos econômicos solidários, e as representações valorativas da vida social, as quais possuem valores estruturantes, segundo representado pela Figura 1:



Figura 1. Estrutura dos Valores da Economia Solidária

Fonte: elaborado a partir de Guerra (2014).

Os valores concernentes à economia solidária praticados pelos empreendimentos incubados, sendo portadores de possibilidades da geração de novas práticas e relações de trabalho e de vida em sociedade, são estudados pela EVES por meio da coleta de dados. O instrumento aplicado individualmente como questionário⁵ é composto por questões fechadas relativas a cada grupo de valores, acima destacado. O questionário utiliza a escala *Likert*, de escolha obrigada, obedecendo a seguinte ordem: Discordo totalmente; Discordo muito; Discordo pouco; Concordo pouco; Concordo muito; e Concordo totalmente. Após a aplicação do instrumento, são iniciados os procedimentos para a análise estatística de forma a encontrar quais valores permeiam os empreendimentos econômicos solidários e o andamento do seu processo de ressignificação.

Sendo fundamentais para a composição da identidade social dos indivíduos, identificar esses valores contribui na gestão, motivação e identificação com o trabalho nos empreendimentos, consolidando e disseminando novos postos e relações de trabalho (GUERRA, 2014). Contribuições essas para novas conformações do trabalho que são norteadoras da atuação da ITCP/UNIFAL-MG enquanto programa de extensão, e resultam na efetividade da EVES como um instrumento que se integraliza ao processo anterior de incubação e resulta em uma tecnologia capaz de situar o desenvolvimento da economia solidária nos empreendimentos incubados e reorientar o próprio processo de incubação.

Apontamentos e perspectivas

O fenômeno da economia solidária não é um monolito. Ainda em construção, assume profusas conceituações e práticas, algumas delas estreitadas às intenções transformadoras. O presente estudo, em meio à multiplicidade de perspectivas, faz sua opção. A perspectiva de transformação pela economia solidária requer uma abordagem reivindicativa, pautando novos valores que impulsionem formas urgentes de se trabalhar e viver que estabeleçam o vínculo coletivo, e procurem o bem comum segundo a orientação reprodutiva da vida. Sendo uma nova ordem que não está posta, mas que busca sê-la, a dinâmica da economia solidária precisa ser construída, demandando intencionalidade, esforços empenhados e propositivos de vários agentes.

⁵ Ver o questionário em “Apêndice 1: Escala de Valores Relativos à Economia Solidária” de Guerra (2014, p. 156-157).

Na comunicação entre universidade e segmentos da sociedade, entendida por vezes como extensão universitária, constitui-se um importante ponto de articulação em favor da economia solidária. Interação que permite a construção de saberes em sentido emancipatório. As incubadoras de empreendimentos econômicos solidários assumem essa vocação universitária por meio da formação conjunta para a cooperação e autogestão, apoiando a consolidação dos empreendimentos e do movimento de economia solidária.

A ITCP/UNIFAL-MG enquanto Programa de Extensão atua nesse sentido. Por meio da indissociabilidade com o ensino e a pesquisa, desenvolve-se a interação dialógica com grupos de trabalho. A partir da pesquisa-ação e da educação popular dialógica, a incubadora empenha-se a somar esforços na busca da transformação pela economia solidária. Pautando mais solidárias práticas de trabalho e conformações da vida social. Para corresponder a essa finalidade, é exigido um arcabouço de métodos, proposições e práticas à altura. Nessa lógica, ao longo de sua atuação, a ITCP/UNIFAL-MG construiu um referencial tecnológico de atuação voltado a novas conformações socioeconômicas.

A tecnologia pode ser entendida como consequência da ação de um agente social sobre determinado processo de trabalho por ele controlado. Circunstâncias socioeconômicas, configuração de trabalho e o acordo social estabelecido permitem que os atores modifiquem o processo de trabalho controlado. Tais atores sociais podem provocar alterações, por exemplo, redução de tempo para produção, divisão de produção resultante, e demais remodelações produtivas. A discussão tecnológica é necessária ao movimento de economia solidária. Fundamentada em uma tecnologia de viés social, os empreendimentos econômicos solidários podem revigorar formas associativas e autogestionárias experimentadas no seio da classe trabalhadora, organizando a produção, resistindo ao avanço do capital hegemônico (DAGNINO, 2009). A técnica produzida pela ITCP/UNIFAL-MG junto aos grupos de trabalho está situada no campo das tecnologias sociais. Ela busca, por suas fases de ação marcadas pelo fluxo de saberes, a transformação da realidade pela economia solidária segundo valores da organização do trabalho e as representações valorativas da vida social. A metodologia em questão trata-se de uma proposta em potencial, e pertence às metodologias que podem ser reaplicáveis. Segundo o esquematizado na Figura 2 abaixo:

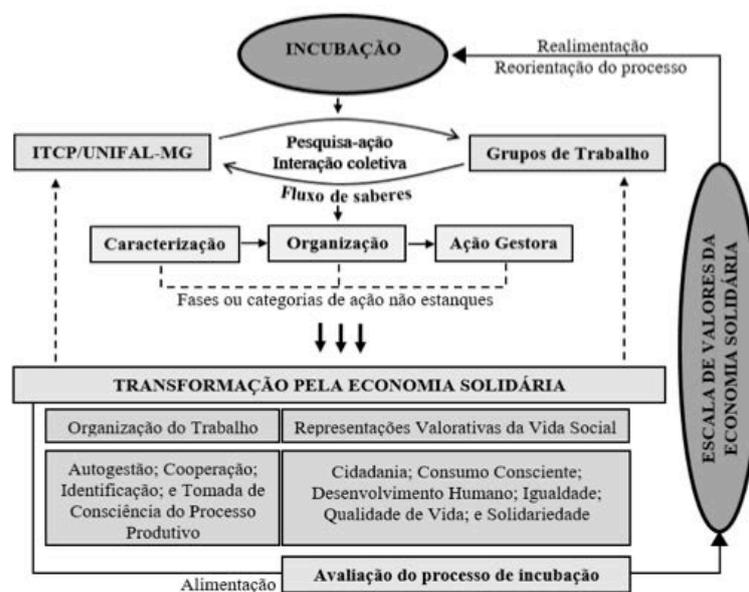


Figura 2. Metodologia de atuação da ITCP/UNIFAL-MG

Fonte: Elaborado pelos autores.

Como retratado, a atuação da ITCP/UNIFAL-MG conta com dois eixos metodológicos fundamentais, integrantes de uma única metodologia. A incubação é intimamente orientada pelo método Freireano de educação popular e sua práxis libertadora. O que é uma opção política: a incubadora busca realizar a comunicação, e não a extensão. Pela pesquisa-ação e sua interação coletiva, a incubadora estabelece uma relação que se pretende dialógica com os grupos de trabalho, para que os saberes sejam mutuamente dialogados em fluxo comum de agentes que educam-aprendem.

Desde o primeiro contato até a maturação do processo, a metodologia de incubação pode ser estruturada pela a) caracterização, estruturação e delimitação do que será realizado; b) organização, execução mais intensiva do processo educativo; e c) ação gestora, etapa mantenedora do que foi realizado em meio à gestão do empreendimento estabelecido. As fases, como um diálogo dinâmico, não se encerram em si mesmas e podem ser estabelecidas interativamente sem perder o foco na emancipação dos sujeitos. Tudo isso para que o grupo de trabalhadores e trabalhadoras, e a própria equipe da incubadora, construam uma transformação pelo processo educativo segundo os valores da economia solidária.

A metodologia de atuação incorpora os saberes e não perde de seu fronte o acervo conceitual da economia solidária. Uma orientação que busca transformar por meio de uma práxis dialética, acontecendo entre a prática e a teorização dos valores da economia solidária. O instrumento, a EVES, permite avaliar os princípios e pressupostos tanto da organização do trabalho como das representações valorativas da vida social. É possível assim, pelo diagnóstico, traduzir em termos mensuráveis esses valores, o que permite balizar e avaliar o processo de diálogo da incubadora com o grupo de trabalho.

Com isso, a partir dos valores obtidos, volta-se ao ponto de partida para que, com indicadores confiáveis, a incubação possa ser analisada como um processo mais próximo ou mais distante de seu encerramento, conforme a adequação à economia solidária. Em síntese, se o processo de incubação é orientado para se chegar à transformação, a EVES permite responder à questão: onde estamos na busca do processo de transformação? Nossos valores condizem à busca em que estamos? Tal análise não deve ser posta unilateralmente, não deve ser empregada como determinante. Trata-se de uma proposta da ITCP/UNIFAL-MG, apresentada como possibilidade a ser construída junto aos grupos de trabalho. A avaliação do processo de incubação, nessa lógica, é uma proposição que pode ser (re)delimitada participativamente. Trata-se de uma metodologia que busca formar-se dialogicamente para alcançar soluções de transformação social pela intervenção na realidade, ressignificando a vida dos sujeitos e seus processos de trabalho por valores que estão situados à economia solidária enquanto possibilidade outra.

Em linhas gerais, há 10 anos a ITCP/UNIFAL-MG tem buscado colaborar com a geração de avanços socioeconômicos e alavancar novos aprendizados. O seu principal eixo de atuação, a incubação de grupos produtivos populares, soma mais de 400 participantes em diferentes cidades do Sul de Minas Gerais, tais como: Areado, Cambuquira, Campanha, Jesuânia, Lambari, Machado, Paraguaçu, Poço Fundo, São Bartolomeu, São Gonçalo do Sapucaí, Varginha e outras mais. Com isso, apoiando-se nos pilares da economia solidária, intenta-se promover a construção dialógica com a comunidade, sobretudo os grupos populares e historicamente excluídos. Visa-se formação recíproca entre os atores, geração de trabalho e renda, e o alcance social da incubadora busca a inserção social e econômica pelo trabalho, bem como a formação cidadã, crítica e engajada de sua equipe interdisciplinar. Norteando-se, em um passo além, como apresentado metodologicamente, pela emancipação dos envolvidos segundo os valores da economia solidária, e pela consolidação dos empreendimentos solidários, colocando os trabalhadores em situação de protagonismo.

Além do mais, como supracitado, outras contribuições da ITCP/UNIFAL-MG são o desenvolvimento de atividades internas de formação, as ações para a consolidação do Clube de Trocas dentro da Universidade, e a produção de pesquisas e disseminação de conhecimentos. Há ainda, a realização de encontros como espaço de articulação entre agentes, universitários ou não, buscando o fortalecimento da economia solidária, como um todo.

Em meio à dinâmica de incubação no âmbito da economia solidária, foco deste estudo, a ITCP/UNIFAL-MG contribui com a preposição de uma metodologia de atuação. Mais especificamente, a EVES como instrumento de análise, visando o diagnóstico dos princípios e pressupostos da organização do trabalho e de representações valorativas da vida social. E a partir disso, a incubadora tem o avanço experimental de oferecer ao debate da incubação de economia solidária uma metodologia de atuação, segundo apresentado anteriormente na Figura 2.

Por fim, algumas indicações para arrematar o que foi até aqui desenvolvido. A contribuição pretendida situa-se à pertinência de boas práticas para a economia solidária, enquanto movimento em construção com práticas abundantes, e por outro lado, referências metodológicas que ainda estão sendo construídas. Com modos de se proceder em reflexões, formando um campo investigativo-conceitual. Na economia solidária, valoriza-se a experimentação de possibilidades novas, e a importância do campo popular enquanto fileira de lutas, em diálogo com as universidades que devem participar desse processo.

Essa é a propensão à qual a ITCP/UNIFAL-MG busca atender por sua tecnologia que, voltada aos empreendimentos de economia solidária, os incuba dialogicamente, investigando suas práticas empenhando-se em construir a economia solidária: fenômeno com a capacidade de integrar os sujeitos excluídos pelo capitalismo, sendo uma alternativa superior ao capitalismo não apenas economicamente, mas por proporcionar uma vida melhor em uma sociedade que compreenda a dimensão do trabalho, produção e consumo e a organização comunitária da vida social (SINGER, 2002). Eis aqui a urgência da “própria dinâmica” da economia solidária, e, portanto, da produção militante de métodos reaplicáveis, que não façam faltar aos pés do movimento um chão científico-tecnológico, capaz de viabilizá-lo e difundi-lo em concorrência com os modelos convencionais de economia do capitalismo atual.

Embora não seja o fim pretendido, a ausência de dados empíricos relativos à aplicação da metodologia, como o resultado do estudo pela EVES, é em alguma medida uma limitação ao que foi aqui apresentado. Por esse ângulo, outros estudos que se atentem menos à discussão da formulação teórica do método, e mais aos resultados por ela alcançados, poderão contribuir com o enriquecimento da problemática pertinente. A ITCP/UNIFAL-MG tem buscado construir também com essas investigações, ampliando seus bancos de dados, o que pode gerar contribuições seguintes. Presentemente, visto que “a economia solidária é uma experiência em que as pessoas resolvem se dar às mãos” (MOTHÉ, 2004, p. 27), buscou-se contribuir pela socialização de experiências metodológicas, que têm permitido fundamentar ações da incubadora de empreendimentos de economia solidária da Universidade Federal de Alfenas, para que outra economia seja possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, M. Um novo humanismo para uma nova economia. In: KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. (Org.) **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ARRUDA, M. **Tornar Real o Possível – A Formação do ser humano integral: economia solidária, desenvolvimento e o futuro do trabalho**. Rio de Janeiro. Vozes, 2006.

BOFF, C. **Como trabalhar com o povo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

CAMPOS, S. T.; MASCARENHAS, T. S. Metodologia da ITCP-USP: nossas escolhas. In: MELLO, S. L.; SÍGOLO, V. M.; BARBIERI, E. M. **Economia solidária e autogestão: encontros internacionais**. São Paulo: Nesol-USP, ITCP-USP, 2007.

CRUZ, A. **A diferença da igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul**. 2006. 343 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2006.

CUNHA, L. S. Extensão universitária brasileira: as tensões das propostas acadêmicas. In: DE MELO NETO, J. F. (org.) **Extensão universitária: diálogos populares**. Editora Universitária, 2002.

DAGNINO, R.; BRANDÃO, F. C.; NOVAES, H. T.. Sobre o marco analítico-conceitual da Tecnologia Social. In: LASSANCE JR, A. E. et al (org). **Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

DAGNINO, R. Tecnologia Social. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J.-L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. (coord.) **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

DE PAULA, J. A. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces-Revista de Extensão da UFMG**, v. 1, n. 1, p. 5-23, 2013. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/revistainterfaces/index.php/IREXT/article/view/5/pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

DIONNE, H. **A pesquisa-ação para o desenvolvimento local**. Brasília: Liber Livro, 2007.
do comportamento organizacional: ferramentas de diagnóstico e de gestão. Porto Alegre, RS: Art-med, 2008.

DUBEUX, A. M. Cooperativismo popular e economia solidária: um contraponto aos impactos da globalização. In: RUBIO, M. R. KNOPF, C. B. **El rol de las cooperativas en un mundo globalizado**. Editado por IRECUS–Faculté d’administration Université de Sherbrooke (Québec). Sherbrooke: UniRcoop, 2007.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 2012.

FRAGA, L. As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) na construção da contra hegemonia acadêmica. **Farol-Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 5, n. 13, p. 496-539, 2018. Disponível em: <<https://revistas.face.ufmg.br/index.php/farol/article/view/4188>>. Acesso em: 11 mar. 2020.

FRANÇA FILHO, G. C.; CUNHA, E. V. Incubação de Redes de Economia Solidária. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J.-L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. (coord.) **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

FRANÇA FILHO, G. C. ; LAVILLE J. **A economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GAIGER, L. I. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [S.l.], n. 84, p. 81-99, 2009. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/rccs/401>>.

GUERRA, A. C. **Gestão de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: Uma análise comparativa**. 2008. 108 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Departamento de Administração e Economia, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2008.

GUERRA, A. C. **Os valores da Economia Solidária e os Valores do Trabalho: um estudo em Empreendimentos Econômicos Solidários**. 2014. 157 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração, Departamento de Ciências Administrativas, Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2014.

GURGEL, R. M. **Extensão Universitária: comunicação ou domesticação?** São Paulo: Cortez: Autores Associados: Universidade Federal do Ceará, 1986.

LAVILLE, J.-L.; GAIGER, L. I. Economia Solidária. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J.-L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. (coord.) **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

LISBOA, A. M. **A economia popular no contexto da grande transformação**. Florianópolis: UFSC, 1999.

MENDES, A. M.; TAMAYO, A. Valores e vivências de prazer-sofrimento nas organizações. In: XXIII ENANPAD, 1999, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: ANPAD, 1999. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad1999-org-17.pdf>>. Acesso: Acesso em: 13 mar. 2020.

MOTHÉ, D. A contribuição da economia solidária para o desenvolvimento das cidades. In: GUIMARÃES, G.; SCHWENGBER, A. (org.) **Diretrizes para uma política pública de economia solidária no Brasil: a contribuição da rede de gestores**. Rio de Janeiro: ITCP/COPPE/UFRJ, 2004.

OLIVEIRA, L. J. R. **Incubadoras Universitárias de empresas e de cooperativas: contrastes e desafios**. 2003. 104 f. Dissertação (Mestrado), Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2003.

PEREIRA, J. R. Considerações metodológicas sobre o processo de incubação de cooperativas populares. In: CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; SILVA JÚNIOR, J. T. **Economia solidária, cooperativismo popular e autogestão: as experiências de Palmas/TO**. Palmas: NESol/UFT, 2007.

PITAGUARI, S. O.; CÂMARA, M. R. G. As Motivações e Desafios para a Consolidação da Economia Solidária. In: BORINELLI, B. (org.) **Economia solidária em Londrina: aspectos conceituais e experiência institucional**. Londrina: UEL, 2010.

PORTO, J. B.; TAMAYO, A. Valores do trabalho. In: SIQUEIRA, M. M. M. (Org.) **Medidas do comportamento organizacional: ferramentas de diagnóstico e de gestão**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2008.

RAZETO, L. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M; GUTIERREZ F. (Org). **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 1999.

ROS, M.; SCHWARTZ, S. H.; SURKISS, S. Basic individual values, work values, and the meaning of work. **Applied psychology**, v. 48, n. 1, p. 49-71, 1999. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1464-0597.1999.tb00048.x>>. Acesso em: 15 mar. 2020.

SCHWARTZ, S. H. Are there universal aspects in the structure and contents of human values?. **Journal of social issues**, v. 50, n. 4, p. 19-45, 1994. Disponível em: <<https://spssi.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1540-4560.1994.tb01196.x>>. Acesso em: 14 mar. 2020.

SCHWARTZ, S. H. Universals in the content and structure of values: theoretical advances and empirical tests in 20 countries. In: ZANNA, M. (Ed.). **Advances in experimental social psychology**. New York: Academic Press, 1992.

SILVA, N.; ZANELLI, J. C.; TOLFO, S. R. Diagnóstico e gestão da cultura nas organizações. In: BORGES, L.; MOURÃO, L. (Orgs.). **O Trabalho e as Organizações: atuações a partir da Psicologia**. São Paulo: Artmed, 2013.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

TOLEDO, D. A. C. **Associação Comunitária de Pequenos Produtores Rurais de Minduri: um exercício de autogestão?** Monografia de Conclusão do Curso de Ciências Econômicas – UFSJ, São João Del Rei, 2007.

ZITKOSKI, J. J. Educação Popular e Economia Solidária: um diálogo possível e necessário. **Diálogo**, [S.l.], n. 17, p. 97-106, 2010. Disponível em: <<https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Dialogo/article/view/62>>. Acesso em: 15 mar. 2020.